

Assimetrias e afinidades de género no desporto

Salomé Marivoet³⁴⁷

Introdução

Os princípios do desporto moderno, o *ethos* competitivo e exaltação das proezas físicas em confrontações sujeitas a um código de honra de “cavalheiros” –, que constituíram os valores da cultura masculina dominante no século XIX – reservaram-no por excelência aos homens. A sucessiva *entrada* das mulheres constituiu-se assim uma das mudanças que o desporto registou ao longo do século XX, mas a par de outras, e que interagiram com esta, como sejam a profissionalização e intensificação da comercialização do espectáculo desportivo, e a inserção do desporto nos modos de vida.

O surgimento de novos hábitos entre as classes médias dos anos vinte e trinta, amplamente veiculados pelos meios de difusão da designada *cultura de massas* em florescimento na época, fizeram emergir nas sociedades ocidentais novos valores que enaltecem o lazer e o prazer associado às suas diferentes práticas, onde se inseriam também as desportivas. Contudo, os estilos de vida desportivos (*lifestyle sports*) só se viriam a tornar mais efectivos nas décadas seguintes à segunda guerra mundial, beneficiando para o efeito de um ambiente social marcado pelo aumento das condições de vida e dos tempos livres, e do incremento das políticas de *desporto para todos* promovidas nas sociedades democráticas.

Nas últimas décadas, tem-se continuado a assistir a novos desenvolvimentos da cultura física, assumindo o corpo uma acrescida importância enquanto produto de um sujeito activo. Estes novos valores, que se expressam nos *lifestyle sports*, parecem introduzir novas configurações na incorporação (*embodiment*) das identidades de género no *campo* das práticas desportivas, que ultrapassam as tradicionais associações da masculinidade à força e à competitividade, e a feminidade à fragilidade e graciosidade. Apesar da tendência na uniformização dos estilos de vida associada ao processo de globalização que marca os nossos tempos, as práticas culturais – como são as desportivas –, continuam a diferenciar-se consoante as sociedades e os grupos sociais.

Relações de género e teoria social

No estudo das relações de género no desporto têm-se destacado as abordagens feministas, ainda que as suas diferentes concepções se traduzam em interpretações diferentes do problema. Nestas concepções encontram-se três correntes principais, designadas na literatura de *feminismo liberal*, *feminismo radical ou cultural*, e *feminismo crítico* nos enfoques *estruturalista* ou *marxista*, *socialista* e *pós-estruturalista* (e.g. Hargreaves 1994; Birrel e Cole

³⁴⁷ Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra (smarivoet@fcdef.uc.pt).

1994; Birrel 2000). Apesar das divergências entre as várias abordagens, todas defendem a alargada participação das mulheres no desporto, e nos casos das *feministas radicais* e *críticas* encontra-se algum consenso na importância que atribuem ao espaço desportivo na luta contra a dominação masculina, por justamente entenderem que este é um espaço por excelência da sua reprodução. As relações de género nas abordagens feministas tendem assim a ser concebidas numa estrutura social radicada em dois universos separados, onde se encontram, por um lado, os homens que utilizam diferentes mecanismos de dominação e opressão, e por outro, as mulheres remetidas para o estado de dominadas. Contudo, esta concepção não deixa de ser demasiado simplista e incapaz de apreender a complexidade da vida social.

Apesar dos diferentes mecanismos que permitem a reprodução das formas de dominação, esta requer para a sua manutenção de uma interacção das categorias dominantes e dominadas, ou como afirmava Pierre Bourdieu, “não podemos compreender a lógica paradoxal da dominação masculina, forma por excelência da violência simbólica, e da submissão feminina, da qual podemos dizer ao mesmo tempo, e sem contradição, que é *espontânea* e *extorquida*, a não ser levando em conta os *efeitos duradouros* que a ordem social exerce sobre as mulheres, quer dizer, as disposições espontaneamente conformes a essa ordem que a submissão lhes impõe.” (1998: 151). Os constrangimentos impostos pelas estruturas sociais nas práticas e representações constituem o principal motor na reprodução das formas de dominação, sendo que no caso das relações de género estes se encontram acrescidos, dado o processo ontológico de identificação do eu (*self*) ser conduzido justamente por construções sociais que impõem diferentes papéis, e até atitudes morais, de acordo com o sexo com que cada indivíduo nasce. A luta pela “libertação” das mulheres liderada pelos movimentos feministas na segunda metade do século XX, assenta justamente nesta tomada de consciência da igualdade social dos sexos, e da dominação a que se encontram sujeitas. É de resto esta tomada de consciência, que *impõe* também às feministas a sua acção *militante*, e que as leva a assumirem-se como as representantes das mulheres na luta contra a dominação masculina, muitas vezes lamentando-se, outras vezes criticando, ou mesmo depreciando aquelas que não se juntam à causa. No entanto, a alteração das relações de dominação não se exerce apenas com a tomada de consciência, como muito bem referiu Bourdieu em *A Dominação Masculina*, “só podemos esperar uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica concedem aos dominantes [,] de uma transformação radical das condições sociais de produção [i.e.] das disposições que levam os dominados a assumir sobre os dominantes e sobre si próprios o ponto de vista dos dominantes.” (1999: 36).

Este *ponto de vista*, que na realidade é o da cultura dominante ideologicamente construída, age de forma coerciva nos comportamentos esperados quer das mulheres quer dos homens, aos quais se lhes impõem igualmente diferentes formas de *dever ser*. Como afirmava Bourdieu, a virilidade exigida aos homens torna-se antes demais um “*(en)cargo*”, dado esta ser “entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e para o exercício da violência (nomeadamente na vingança)” (1999: 43). A cultura tradicional masculina impõe assim aos homens *verdadeiramen-*

te homens que provem a sua virilidade, assumindo esta nas palavras de Bourdieu, uma “noção eminentemente *relacional*, construída diante dos e para os homens e contra a feminidade, numa espécie de medo do feminino, e antes de mais de si próprio”, medo este, de “perder a estima ou admiração do grupo, de ‘baixar a cabeça’ diante dos ‘colegas’ e de cair na categoria tipicamente feminina dos ‘fracos’, dos ‘medricas’, dos ‘maricas’, dos ‘paneiros’, etc.” (1999: 45, 44). Vários estudos sobre o Rêguebi revelaram justamente estes mecanismos de afirmação e identidade, levando os autores a concluir que o desporto se apresenta como um espaço de reserva masculina (e.g. Dunning e Sheart 1979; Dunning 1994; Wheatley 1994).

Na realidade, o *nomos* do desporto moderno (princípio constitutivo do *campo* na acepção bourdiana), assenta justamente no exercício de práticas que o *sentido comum* atribuída, e a saber se ainda atribuída, à demonstração da virilidade. Num contexto social de maior pacificação da vida social imposta pelo monopólio da violência física por parte dos Estados-Nação em formação, como Elias (1992) muito bem fez notar, as possibilidades dos homens podem afirmar a sua virilidade na esfera pública – tal como até aí era usual –, ficaram reduzidas, e o desporto tornou-se o espaço por excelência da sua demonstração através das proezas físicas alcançadas em confrontações mime-tizadas, e virtualizadas por códigos de honra próprios de “cavalheiros civilizados”, onde não faria qualquer sentido (na lógica do *nomos* do *campo*) a presença das mulheres.³⁴⁸

O desporto moderno constituiu-se assim como um espaço ímpar de reprodução da cultura tradicional masculina, ao permitir aos homens, por um lado, provarem que *o são* (materializando o referencial simbólico de superioridade e virilidade nas proezas físicas *virtualizadas* em força de carácter e honra), e por outro, pela sua demarcação do feminino, que em última instância implica a depreciação do sexo oposto associado no imaginário da tradição mais enraizada ao fraco. Como Bourdieu afirmava, “as manifestações (legítimas e ilegítimas) da virilidade situam-se na lógica da proeza, do feito, que traz honra”, dado na tradição europeia esta se encontrar associada à “coragem física ou moral” (1999: 17-11).

Parece ser justamente esta realidade que torna o espaço desportivo um universo simbólico da dominação masculina (especialmente veiculada nos desportos cuja confrontação se encontra mais implícita), e ao mesmo tempo um terreno de enormes potencialidades para as mulheres produzirem a desnaturalização dos atributos de género tradicionais, como as *feministas críticas* têm vindo a defender. Contudo, a participação das mulheres neste espaço marcado pela cultura tradicional masculina, não deixa de implicar a aceitação para si próprias do *nomos* específico do *campo* (atributos tradicionais da masculinidade), sendo por isso mesmo que as *feministas radicais* se opõem à entrada das mulheres no actual sistema desportivo. Na realidade, a entrada das mulhe-

³⁴⁸ A demarcação do feminino que se exige à demonstração da masculinidade é bem evidenciada, quer no espaço desportivo quer em outros, quando os rapazes são apelidados de “maricas” por não assumirem os papéis esperados na agressividade competitiva. Também alguns estudos têm salientado as homofobias reproduzidas no espaço desportivo (Cahn 1994; Whitson 1994).

res no desporto, entendida pelas *feministas críticas* como uma forma de resistência à dominação masculina, ainda que implique uma “rendição” aos tradicionais valores enaltecidos pelos homens que se julgam verdadeiramente homens, não deixa de os confrontar com a sua simples presença.

Afinal, como podem os homens afirmarem-se enquanto *tal* (quando para *tal* se exige a demarcação do feminino), se as mulheres acedem justamente às práticas que os investem da sua “distinta” (por que a consideram superior) “distinção”. As várias formas de exclusão e desvalorização a que as atletas se encontram sujeitas, incluindo a depreciação da sua feminidade, ou as observações que as reduzem a meros objectos sexuais, como vários estudos têm vindo a realçar, parecem revestir-se de formas de resistência em prol da preservação da cultura masculina dominante no *campo* (Hargreaves 1994, Bryson 1994, MacNeill 1994, e Louveau 1987, 2001).

Como Bourdieu muito bem concluiu, “tudo concorre assim para fazer do ideal impossível de virilidade o princípio de uma imensa vulnerabilidade”, pois “é ela que conduz, paradoxalmente, ao investimento, por vezes exacerbado, de todos os jogos de violência masculinos, tais como nas nossas sociedades os desportos, e muito especialmente os mais de molde a produzirem os sinais visíveis da masculinidade, e a manifestarem e também a porem à prova as qualidades chamadas *viris*, como os desportos de combate” (1999: 43). No entanto, a sociedade apresenta uma enorme riqueza de símbolos que investem virilidade aos homens para além dos seus testemunhos ou proezas físicas, nomeadamente a detenção de cargos de poder na esfera pública (económica, académica, cultural e política), no exercício de determinadas profissões, no papel que desempenham nas relações familiares, entre muitas outras (Bourdieu 1999).

Em todas estas esferas se têm vindo a verificar mudanças que contrariam as *marcas* simbólicas do poder masculino nas sociedades ocidentais, embora se encontrem diferenças decorrentes de contextos históricos diferenciados. Apesar dos vários constrangimentos ao estabelecimento de uma plena igualdade entre os sexos, tem-se vindo a assistir nas sociedades mais industrializadas ao aumento da escolaridade das mulheres, à entrada crescente no mercado de trabalho, à ocupação (ainda que *ténue*) de cargos de poder, ao aumento das taxas de feminização das profissões, e também das práticas culturais consideradas tradicionalmente como masculinas, como constituem exemplo as desportivas.³⁴⁹ Como Anthony Giddens (2000) salienta, nas sociedades ocidentais marcadas pela Modernidade Tardia, as estruturas sociais tanto constroem como capacitam os agentes (indivíduos), isto é, se por um lado, a força da herança cultural ou a *consciência colectiva* (estrutura) constroem e impõe a reprodução dos comportamentos, também, a maior capacidade de se reflectir sobre estes permite a libertação dos agentes, abrindo lugar a consistentes e alargadas mudanças.

³⁴⁹ A participação das mulheres nas organizações desportivas, e em especial nos cargos directivos, continua a ser bastante reduzida, apesar da recomendação do Comité Olímpico Internacional ter fixado uma quota de 10% dos lugares de decisão nas organizações suas filiadas até 2000, e de 20% pelo menos até 2005 (Marivoet 2001b).

Na realidade, a crescente valorização que hoje é dada à diferença, abre possibilidades ao surgimento de novas concepções de masculinidade e feminilidade que ultrapassam a rígida barreira de uma construção social unificada em torno da dualidade de corpos sexualmente diferenciados, como parece testemunhar a emergência de uma nova cultura física centrada na expressividade dos *corpos* (Giddens 1994; Lipovetsky 1994; Rojek 1995, Mellor e Shilling 1997; Marzano-Parisoli 2002).³⁵⁰ Neste contexto, conceber-se o desporto como um universo simbólico de produção e reprodução da cultura masculina – dado enaltecer o exercício e testemunho das proezas físicas como símbolos de virilidade –, parece tornar-se ambíguo, sendo necessário precisar em que espaço do campo das práticas desportivas esta realidade se expressa, e em especial em que desportos.

Práticas desportivas das mulheres do Norte e Sul europeu

As assimetrias da participação feminina entre as sociedades europeias, resultam, em grande medida, de uma menor presença das mulheres dos países do Sul nas práticas de lazer face à verificada nas mulheres dos países do Norte. O menor envolvimento das portuguesas, espanholas e italianas nos *lifestyle sports*, não poderá ser compreendido sem que se tenha presente, por um lado, os condicionalismos culturais inerentes aos contextos históricos que marcaram as respectivas sociedades durante o último século, e por outro, as diferentes acções dos Estados e das organizações das mulheres com vista ao alargamento da participação feminina (Hargreaves 1994).

Os regimes fascistas que perduraram durante longas décadas do século XX, impuseram fortes condicionalismos culturais à afirmação das mulheres nos países do Sul, apesar das lutas que têm vindo a ser travadas em prol da igualdade. Na ideologia fascista, as mulheres foram confinadas à esfera doméstica, à maternidade e educação dos filhos, e sobretudo ao marido, que foi instituído pelo Estado na *nobre missão patriótica* de ser o *chefe de família*. Em ambientes de restrição económica, de baixos níveis de escolaridade, e com grandes agregados familiares devido à proibição do controlo da natalidade, os lazeres foram pouco estimulados durante os regimes fascistas (Grazia 1995; Genevois 1995; Valente 1999). O desporto assumiu sobretudo interesses de índole patriótico, de disciplina dos corpos e de preparação física (como demonstram as tradicionais paradas atléticas das organizações juvenis fascistas masculinas e femininas), tendo-se verificado fortes resistências na entrada dos desportos anglo-saxónicos nos currículos da educação física, onde era privilegiada a ginástica sueca (Ferrando 1997; Marivoet 1998; Hasse 2001). A juntar a estes condicionalismos acresce-se o facto do sistema de ensino ter sido sexualmente dividido – e restrito a uma minoria das raparigas e não muito maior dos rapazes –, e ainda ter sido fortemente influenciado pela Igreja católica pouco receptiva ao desporto, sobretudo no caso das mulheres (Grazia 1995; Genevois 1995). Neste contexto, compreende-se que a grande maioria das mulhe-

³⁵⁰ Veja-se por exemplo a visibilidade e a afirmação crescente que têm vindo a tomar os movimentos homossexuais *gay* e lésbico, mas também as alterações nas produções simbólicas da masculinidade e feminidade.

res não tenha adquirido hábitos de prática desportiva, facto que se continua a fazer sentir actualmente, em especial nas gerações mais velhas, pois apenas as pertencentes aos grupos sociais com maiores recursos tiveram algumas oportunidades nesse sentido (Ferrando 1997; Marivoet 2001b).

Muito embora as democracias instauradas nos países do Sul tenham vindo a permitir profundas alterações nas respectivas sociedades, a estrutura das famílias e as relações de género no seio destas, ainda mantêm traços que os demarcam dos países do Norte. Por exemplo, os tamanhos médios dos agregados continuam a apresentar os índices mais elevados, as taxas de divórcio a ser as mais baixas, e, apesar da crescente entrada das mulheres no mercado trabalho – que no caso português assume uma taxa superior à média dos países da União Europeia³⁵¹ –, os conjugues parecem continuar a não colaborar na divisão das tarefas domésticas, como fez notar um estudo do Eurostat em que 70% das portuguesas e 80% das espanholas assim o afirmaram (Silva 2002; Almeida *et al.* 1998). Perante tais indicadores, será caso para afirmar, que as tarefas domésticas parecem constituir aos olhos da cultura tradicional masculina dos latinos do Sul, as práticas mais depreciativas do exercício pleno da sua *virilidade*, aquela que faz de um *homem um verdadeiro homem*, e que exige não ser profanada com qualquer *lide da casa* que os colocaria no rótulo dos “fracos”, dos “maricas” ou “paneiros” como afirmava Bourdieu, de resto, práticas pouco adequadas ao imaginário que tende a persistir de se considerarem os *chefes de família*.

As vivências dos quotidianos com que são confrontadas as mulheres com filhos a cargo, sobretudo dos estratos sociais mais desfavorecidos, fazem denotar uma clara escassez de tempo livre, com reflexos directos na menor participação desportiva.³⁵² Contudo, o tempo livre apresenta-se como um dos factores explicativos, ainda que seja maioritariamente invocado como justificação da não prática, pois pelo menos nos casos de Portugal e Espanha, os estudos têm revelado que entre as gerações adultas, e sobretudo nas mais idosas em que os níveis de escolaridade são menores, ainda se fazem sentir os preconceitos de género que as afastaram enquanto jovens das práticas desportivas, para além das deficiências na adequada e acessível oferta às disposições da procura feminina (Marivoet 1998, 2001a; Ferrando 1990, 1997). No entanto, a participação feminina nos grupos sociais com maiores recursos financeiros e culturais é superior à registada nos grupos mais desfavorecidos, assim como as jovens tendem a igualar as participações dos jovens. As mulheres, encerram assim várias experiências e realidades socialmente determinadas, como vários estudos têm vindo a salientar, de resto, um dos pressupostos das

³⁵¹ A taxa de emprego feminino nos países da UE era em 1999 de 53,1% (OCDE). Portugal apresentava uma taxa de 59,5%, a Grécia um ano antes de 40,3%, a Espanha de 38,3%, e a Itália de 38,1% (*apud* Silva 2002: 43).

³⁵² Os condicionalismos de tempo das mulheres portuguesas, que se encontram associados à elevada taxa de emprego, e à sobrecarga das tarefas domésticas, poderão contribuir para a explicação do decréscimo da participação desportiva feminina em dois pontos percentuais entre 1988 e 1998, de resto visível nas menores taxas de participação registadas nas famílias com filhos a cargo, e sobretudo nas monoparentais (Marivoet 2001a, 2001b). Contrariamente ao caso português, as tendências espanhola e italiana vão no sentido de uma maior aproximação da participação desportiva entre os sexos (Ferrando 1997; Gazzeloni 2002).

feministas críticas (e.g. Bourdieu 1979, 1987; Pociello 1987; Ferrando 1990, 1997; Marivoet 1998, 2001b; Hargreaves 1994; Gissendanner 1994; Birrel 2000).

As assimetrias de género na participação desportiva tendem assim como temos estado a referir a atenuar-se nos países do Norte e a acentuarem-se nos países do Sul, apresentando os primeiros uma maior generalização dos hábitos desportivos entre as mulheres e os homens do que os segundos. Contudo, quando nos situamos no desporto *intensivo*, as assimetrias entre os países deixam de ser significativas, o que nos permite concluir que estas resultam em grande medida do maior envolvimento da população masculina e feminina dos países do Norte nas práticas de lazer, enquanto nos países do Sul estas se tornam mais restritas, sobretudo no caso das mulheres. A participação desportiva das mulheres e dos homens diferencia-se ainda segundo a classe social, os níveis de escolaridade e a idade, onde @s pertencentes aos grupos sociais mais favorecidos e com níveis de escolaridade mais elevados, e @s mais jovens, praticam proporcionalmente mais desporto do que @s restantes. As mulheres e os homens apresentam assim diferentes experiências e oportunidades consoante as suas características sociais, como as feministas *críticas* têm vindo a salientar.

Quando nos situamos na participação do desporto *competitivo, organizado e intensivo* (alta competição), a presença das mulheres torna-se bastante reduzida em todas as sociedades, e as desigualdades de género tornam-se fortemente visíveis, fazendo denotar o forte predomínio que os homens aí exercem. Neste espaço das práticas desportivas, as mulheres encontram-se mais ausentes nos desportos tradicionalmente associados à masculinidade. Também as afinidades das atletas pelos diferentes desportos,³⁵³ demonstram contrariar mais que os atletas os tradicionais estereótipos de género, quer por proporcionalmente se fazerem representar mais nos desportos predominantemente praticados pelos homens do que estes nos maioritariamente praticados pelas mulheres, quer ainda, por não se concentrarem nos desportos associados ao tradicional ideal de feminidade, contrariamente aos homens que se concentram em mais de metade nos mais associados ao tradicional ideal de masculinidade.

Apontamento final

O desporto tende a apresentar-se como uma prática cultural diferenciada, onde parecem configurar-se diferentes *incorporações* de masculinidade e feminidade, consoante os envolvimento e os desportos. É sobretudo no espaço das práticas de competição federadas, que as tradicionais identidades de género se continuam a reproduzir. À parte de um número reduzido de desportos que *incorporam* os requisitos que o *olhar* masculino da cultura tradicional atribui à feminidade (fragilidade, graciosidade e elegância), a maioria exercita os atributos que esta considera serem demonstrações da masculinidade (força, competitividade e honra), ainda que para um número alargado deles se encon-

³⁵³ A necessidade de reduzir o texto da comunicação apresentada no Colóquio, para fins da presente publicação, não permitiu que a informação estatística de suporte a algumas das conclusões do presente artigo fosse contemplada.

tre um maior equilíbrio de atletas masculinos e femininos como verificamos no caso português.

As teses feministas, que encontram nas discriminações a que estão sujeitas as mulheres atletas a razão da sua fraca participação desportiva, parece-nos assim não explicar completamente o problema. Se a fraca presença das mulheres nos desportos que veiculam a tradicional cultura masculina poderá ser explicada pelas resistências sexistas que restringem a sua entrada, ainda que se assista a uma tendência de aí se afirmarem, noutros desportos, parecem ser-lhes oferecidas maiores possibilidades de prática, dado o maior equilíbrio das taxas de feminização e masculinização. Deste modo, para podermos explicar a reduzida presença feminina no espaço das práticas competitivas federadas, pelo menos no caso português analisado em maior profundidade, parece-nos, que teremos de considerar a hipótese, de que as resistências também virão de muitas mulheres que não se *sentem* identificadas com o *nomos* deste espaço, a saber quais, como, onde, e porquê. Também, no aprofundamento desta hipótese, não poderemos ignorar o facto, de que para a maioria d@os jovens – *fonte* de recrutamento do desporto de competição federado dadas as condições físicas requeridas –, os envolvimento desportivos se manifestam predominantemente no âmbito das práticas desportivas de lazer.

Bibliografia

Almeida, A. *et al.* (1998), “Relações Familiares: Mudanças e Diversidade”. In J. M. Viegas e A. F. Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*. Oeiras: Celta Editora, 45-78.

Birrel, S. (2000), “Feminist Theories for Sport”. In J. Coakley e E. Dunning (eds.), *Handbook of Sports Studies*. London: Sage Publications, 61-76.

Birrel, S. e Cole, C. (eds.) (1994), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human Kinetics P.

Bourdieu, P. (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1987), “Programme pour une Sociologie du Sport”. In *Choses Dites*. Paris: Les Editions de Minuit, 203-216.

Bourdieu, P. (1998), *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.

Bourdieu, P. (1999), *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.

Bryson, C. L. (1994), “Sport and the Maintenance of Masculine Hegemony”. In S. Birrel e C. Cole (eds.), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human Kinetics P., 47-64.

Cahn, S. (1994), “Crushes, Competition, and Closets: The Emergence of Homophobia in Women’s Physical Education”. In S. Birrel e C. Cole (eds.), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human Kinetics P., 327-339.

Dunning, E. (1994), “Sport as a Male Preserve: Notes on the Social Sources of Masculine Identity and its Transformations”. In S. Birrel e C. Cole (eds.), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human Kinetics P., 163-179.

Dunning, E. e Sheard, K. (1979), *Barbarians, Gentlemen and Players: A Sociological Study of the Development of Rugby Football*. New York: New York University Press.

Elias, N. (1992), *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.

Ferrando, M. (1990), *Aspectos Sociales del Deporte. Una Reflexión Sociológica*. Madrid: Alianza E.

Ferrando, M. (1997), *Los Españoles Y El Deporte, 1980-1995. Un Estudio Sociológico Sobre Comportamientos, Actitudes Y Valores*. Madrid: Coeditan Consejo Superior de Deportes.

Gazzelloni, S. (2002), *La pratica sportiva in Italia. III COMPASS Workshop*. Roma.

Genevois, D. B. (1995), “Mulheres de Espanha”. In F. Thébaud (dir) *História das Mulheres no Ocidente. O Século XX* (5). Porto: Edições Afrontamento, 221-241.

Giddens, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2000), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta Editora.

Gissendanner, C. (1994), “African-American Women and Competitive Sport, 1920-1960”. In S. Birrel e C. Cole (eds.), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human K. P., 81-92.

Grazia, V. (1995), “O patriarcado fascista”. In F. Thébaud (dir.), *História das Mulheres no Ocidente. O Século XX* (5). Porto: Edições Afrontamento, 147-183.

Hargreaves, J. (1994), *Sporting Females. Critical Issues in the History and Sociology of Women’s Sports*. London: Routledge.

Hasse, M. (2001), “O outro corpo: Ingrid de Figueiredo (Fröken) e o desenvolvimento da educação física feminina em Portugal (1938-1981)”. *Ex æquo*, 4: 41-56.

Lipovetsky, G. (1994), *O Crepúsculo do Dever. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Louveau, C. (1987), ““La forme, pas les formes !”. Simulacres et équivoques dans les pratiques physiques féminines”. In C. Pociello (ed.), *Sports et Société. Approche socio-culturelle des pratiques*. Paris: Vigot Editions, 303-318.

Louveau, C. (2001), “Desporto, mulheres, media: o corpo desejável das desportistas”. *Ex æquo*, 4: 57-74.

MacNeill, M. (1994), “Active Women, Media Representations, and Ideology”. In S. Birrel e C. Cole (eds.), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human Kinetics P., 273-287.

Marivoet, S. (1998), *Aspectos Sociológicos do Desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.

Marivoet, S. (2001a), *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*. Lisboa: INFED/MJD.

Marivoet, S. (2001b), “O género e o desporto: hábitos e tendência”. *Ex æquo*, 4: 115-132.

Mellor, P. A. e Shilling, C. (1997), *Re-forming the Body. Religion, Community and Modernity*. London: Sage Publications.

Marzano-Parisoli, M. M. (2002), *Penser le Corps*. Paris: Presses Universitaires de France.

Pociello, C. (ed) (1987), *Sports et Société. Approche socio-culturelle des pratiques*. Paris: Vigot Editions.

Rojek, C. (1995), *Decentring Leisure. Rethinking Leisure Theory*. London: Sage Publications.

Silva, P. A. (2002), “O Modelo de Welfare da Europa do Sul: Reflexões Sobre A Utilidade do Conceito”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 38: 25-59.

Wheatley, E. E. (1994), “Subcultural Subversions: Comparing Discourses on Sexuality in Men’s and Women’s Rugby Songs”. In S. Birrel e C. Cole (eds.), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human Kinetics P., 193-211.

Whitson, D. (1994), “The Embodiment of Gender: Discipline, Domination, and Empowerment”. In S. Birrel e C. Cole (eds.), *Women, Sport, and Culture*. Champaign: Human Kinetics P., 353-371.